

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

**ANEXO IV.A - APENSO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO**

**1. OBJETIVO**

O presente TdR refere-se à preparação do **Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR)** e dos **Planos Específicos de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PE-DOTSR)**, (denominados PDOTSR em conjunto) específicos para polígonos/trechos de intervenção da CONCESSÃO.

O **Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR)** é elaborado com base no PROJETO BÁSICO e em consonância com o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO do TIC-OESTE. O Plano Geral abarca todas os polígonos a ser desapropriados ou destinados para o projeto, e estará aderente ao projeto apresentado no EIA- RIMA para obtenção da LP. Define o escopo geral de áreas necessárias para viabilizar a implantação de toda a infraestrutura do TIC-OESTE, com cronograma de execução da desapropriação.

Como, após a definição do Projeto Básico e obtenção da Licença Prévia, poderão existir necessidades de ajustes de projeto com a inclusão de áreas adicionais ou mesmo a exclusão de áreas pontuais, sempre em concordância do PE-DOTSR, poderão ser elaborados **Planos Específicos de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PE-DOTSR)** especificamente para polígonos/trechos adicionais ao originalmente previsto. Inclusive, essas áreas adicionais podem surgir na etapa de elaboração dos PROJETOS EXECUTIVOS em que existe o detalhamento do PROJETO BÁSICO.

Estes planos visam assegurar que a liberação das áreas necessárias à implantação do projeto aprovado, inclusive do ponto de vista socioambiental, possa ser feita de forma planejada atendendo o cronograma, dentro de valores justos e com o respeito a todos os direitos da população e atividades econômicas que serão relocadas. Os impactos adversos resultantes destes deslocamentos físico e econômico decorrentes da implantação do TIC EIXO OESTE (quer seja por desapropriação ou desocupação) devem ser adequadamente mitigados e os meios de subsistência das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) devem ser restaurados (ou melhorados).

Os PG-DOTSR e PE-DOTSR serão preparados seguindo os princípios e diretrizes definidos no Marco de Reassentamento desta CONCESSÃO, em linha com a legislação brasileira aplicável e os requisitos do PD5 da IFC, relativo à Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário. Devem também levar em consideração as diretrizes apresentadas em *“Land Acquisition and Involuntary Resettlement Handbook”*,

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

preparado pelo *Internacional Finance Corporation (IFC)* em 2023 ( <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2023/handbook-land-acquisition-and-involuntary-resettlement>).

Os princípios-chave a serem considerados na preparação do PG-DOTSR e dos PE-DOTSR constam do item 6.2 do ANEXO IV.A.

## **2. PLANO DE TRABALHO**

### **2.1. Revisão de informação**

Para preparação do PG-DOTSR deverá ser feita uma revisão dos documentos disponíveis relativos ao TIC EIXO OESTE, incluindo: o PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA; as informações do ESIA com todas as áreas a serem utilizadas para o projeto permanente e aquelas a ser utilizadas temporariamente durante as obras; o cadastro físico de propriedades registradas em Cartórios de Imóveis; e as informações sobre ocupações irregulares a ser afetadas. As informações do Plano de Engajamento de Partes Interessadas deverão ser sempre consideradas para que o planejamento também inclua ações constantes de consulta e comunicação social em paralelo às atividades técnicas. O uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) socioambiental com informações de áreas a expropriar e desocupar, quer seja permanente ou temporariamente, e as informações ambientais e sociais deve ser utilizado para facilitar o planejamento integrado das ações técnicas e de comunicação. Finalmente, deve ser estabelecido o cronograma geral de execução do PG-DOTSR e de execução das frentes de obra do TIC EIXO OESTE.

Para a preparação dos PE-DOTSR deverá ser revisto o PG-DOTSR e eventuais relatórios de avaliação da implementação de PE-DOTSR já implementados ou em implementação para trechos/polígonos específicos do TIC EIXO OESTE.

Em ambos os planos, é importante documentar o processo e os resultados de medidas que tenham evitado ou minimizado o deslocamento físico e/ou econômico, durante o desenvolvimento do projeto de engenharia.

### **2.2. Revisão do quadro regulamentar aplicável e do PD5**

No PG-DOTSR:

Revisão e, se necessário, complementação do quadro regulamentar aplicável apresentado no Marco de Reassentamento, identificando aspectos relevantes da legislação brasileira (federal, estadual e municipal), e de Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil que tratem sobre posse de terra,

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

engajamento de partes interessadas, direitos das mulheres, direitos de ocupantes informais, despejos, desapropriações e compensações, incluindo procedimentos e elegibilidades de compensação e métodos de avaliação de terras e bens (incluindo culturas agrícolas).

Descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis (incluindo a ação judicial aplicável) e o tempo normal de duração destes processos e ainda eventuais mecanismos de resolução de reclamações disponíveis.

Análise de lacunas relativamente aos requisitos do PD5 e proposição das medidas para preencher eventuais lacunas identificadas, tendo em consideração os termos do EDITAL e experiências anteriores de compensação e reassentamento realizadas em projetos metroferroviários no ESTADO.

Nos PE-DOTSR:

Atualização e se necessário complementação do quadro regulamentar, procedimentos legais e administrativos aplicáveis e lacunas relativamente aos requisitos do PD5 apresentados no PG-DOTSR.

### **2.3. Descrição do Quadro Institucional existente**

No PG-DOTSR:

Descrição das estruturas relevantes de autoridades federais, nacionais e municipais, incluindo os órgãos responsáveis por todos os aspectos da aquisição e do reassentamento de terras, inclusive restrições de acesso a recursos naturais. Incluir lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação dos PE-DOTSR.

Avaliar a capacidade de tais órgãos governamentais, ONGs e OSCs para apoiar os processos de reassentamento/aquisição de terras/restauração da vida e definir as medidas propostas para fortalecer a capacidade institucional.

Nos PE-DOTSR:

Revisão e detalhamento da descrição do quadro institucional existente, tendo em consideração as especificidades das áreas dos trechos/polígonos em análise.

### **2.4. Identificação da Área de Intervenção**

No PG-DOTSR:

Definir a Área de Intervenção total com base no PROJETO BÁSICO e informações socioambientais do ESIA.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

Nos PE-DOTSR:

Atualizar e detalhar a Área de Intervenção constante do PG-DOTSR para os trechos/polígonos em causa, tendo em consideração alterações e detalhamento do projeto em fase de PROJETO EXECUTIVO.

**2.5. Avaliação de impactos**

Nos PG-DOTSR:

Atualizar a avaliação compatibilizada com o ESIA de impactos permanentes ou temporários resultantes da aquisição de terras e reassentamento incluindo:

- restrições ao acesso à terra ou ao uso de recursos naturais.
- desocupações da faixa operacional e desapropriação para implantação de novos investimentos.
- desocupações consideradas necessárias para assegurar a segurança operacional da ferrovia.

Incluir estimativas de PAPs afetadas por deslocamento físico e/ou económico, para o projeto do TIC EIXO OESTE.

Realizar uma avaliação dos impactos permanentes ou temporários resultantes da aquisição de terras e reassentamento, incluindo:

- restrições ao acesso à terra ou ao uso de recursos naturais.
- desocupações da faixa operacional e desapropriação para implantação de novos investimentos.
- desocupações consideradas necessárias para assegurar a segurança operacional da ferrovia.
- desocupações temporárias.

Nos PE-DOTSR:

**2.6. Identificação de Pessoas, Comunidades e Recursos Naturais Afetadas**

Nos PE-DOTSR:

Apresentar e atualizar o mapeamento e caracterização das pessoas, comunidades e recursos naturais afetados por aquisição de terra incluindo informações obtidas em levantamentos de campo, cadastros físicos e sociais. Realização de reuniões participativas com partes interessadas para o projeto do TIC-OESTE:

- *Resultados do cadastro físico e social* para enumerar todas as edificações e bens; e as pessoas afetadas, identificando as PAP e o tipo de deslocamento físico ou econômico, a ser registado num Sistema de Informação Geográfica (SIG). O final da elaboração do cadastro físico e social corresponderá à data de corte para elegibilidade a compensações.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

- *O cadastro físico da propriedade, edificações, cultivos e benfeitorias* afetados ao nível de cada núcleo familiar, ou de empresa e atividade econômica, ou da comunidade (incluindo bens formais e informais), a ser associado ao SIG.
- *Os dados dos cadastros devem ser incluídos em um banco de dados que inclua* todas as pessoas afetadas, assegurando que os dados possam ser analisados por vários parâmetros, inclusive por gênero, a identificação do chefe de família e a sua relação com membros da família e informações sobre todos os membros (ano de nascimento, gênero, ocupação, nível de educação, eventuais fatores de vulnerabilidade, como deficiência física ou mental, doença crônica, refugiado, entre outros) e ainda da principal fonte de rendimento da família, o rendimento mensal total médio, as principais fontes de despesas e acesso atual a infraestruturas públicas e equipamentos sociais. No caso de atividades econômicas afetadas permanente ou temporariamente pelo TIC EIXO OESTE, identificar o tipo de atividade e o número de trabalhadores. Os resultados deverão ser associados ao SIG.
- Todos os dados dos cadastros serão confidenciais.
- *Estudos socioeconômicos e de meios de subsistência* baseados na informação recolhida no ESIA para caracterização das comunidades, pessoas e bens afetados, incluindo, informações sobre grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis<sup>1</sup>, padrões de vida, meios de subsistência, posse de terra e sistemas de transferência, uso de recursos naturais, padrões de interação social, cobertura de serviços sociais e infraestrutura pública.
- *Análise de legislação e estudos* para estabelecer parâmetros de compensação para avaliar o atendimento adequado de recuperação de rendimentos e de meios de vida, considerando igualdade de oportunidades para todos do núcleo familiar, deverão ser propostas. Indicadores para monitoramento das condições de reposição de meios de vida deverão ser propostos.
- *Processo de consulta* às diferentes tipologias de afetados sobre as medidas propostas de compensação e oportunidades de desenvolvimento, deverão ser feitas, considerando inclusive consulta por gênero.
- Preparação e atualização de tabelas síntese de impacto que detalhem potenciais impactos resultantes da aquisição de terras e desocupação de diferentes tipologias de uso da terra e de estruturas, identificando diferentes tipologias de impactos decorrentes de deslocamento físico e/ou econômico, incluindo impactos no acesso a meios de subsistência, avaliando se poderão ser proporcionalmente mais adversos em mulheres e indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis. A abordagem de impactos sobre os meios de subsistência levará em consideração uma análise que considere os casos em que os meios de subsistência de mulheres e homens sejam afetados de forma distinta.

---

<sup>1</sup> Incluindo pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sem-terra, idosos, lares administrados por mulheres e crianças, minorias étnicas, refugiados, comunidades que dependem de recursos naturais ou outras pessoas deslocadas que não possam ser protegidas pela legislação de título à terra ou compensação de terra nacional.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

## **2.7. Definição de formas de Divulgação e Engajamento de Partes Interessadas**

Durante a elaboração dos PG-DOTSR e PE-DOTSR, em articulação com a equipe responsável pela elaboração do PEPI da CONCESSÃO, efetuar o mapeamento das partes interessadas e afetadas a serem envolvidas no processo de divulgação e engajamento relativo especificamente à aquisição de terra e reassentamento, tendo como base o mapeamento do Marco de Engajamento da CONCESSÃO, que será atualizado e complementado. Incluir as comunidades anfitriãs se o deslocamento físico exigir um local de reassentamento.

Efetuar ações de divulgação e engajamento das partes interessadas em temáticas relacionadas com o deslocamento físico e econômico, desde a fase inicial de preparação do PDOTSR, antes da data de corte (a ser amplamente divulgada) e do início dos estudos de base. Estas ações deverão ter continuidade durante o planejamento do reassentamento, por meio do processo de engajamento das partes interessadas descrito no Marco de Engajamento de Partes Interessadas da CONCESSÃO. O engajamento deverá ser realizado através de reuniões públicas e pequenos fóruns em cada um dos municípios e/ou bairros afetados, incluindo com grupos focais específicos, principalmente com pessoas/grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis. Os processos de tomada de decisão relacionados ao reassentamento e a recuperação dos meios de subsistência deverão incluir sempre que possível opções e alternativas, a serem discutidas durante estas reuniões.

A estratégia de engajamento contará com múltiplos canais de comunicação, adaptados ao perfil das comunidades afetadas, incluindo:

- Cartilhas informativas ilustradas distribuídas em reuniões e visitas domiciliares;
- Painéis fixos e murais comunitários atualizados mensalmente;
- Linha telefônica gratuita (0800) e WhatsApp institucional;
- Anúncios em rádios comunitárias e faixas em pontos de alto fluxo;
- Sessões informativas em escolas, igrejas e postos de saúde locais.

A linguagem adotada será clara e acessível, evitando termos técnicos e garantindo a compreensão mesmo por pessoas com baixa escolaridade.

O processo de consulta irá assegurar que as perspectivas das mulheres e grupos vulneráveis sejam identificadas e que seus interesses sejam levados em conta em todos os aspectos do planejamento e da execução do reassentamento

Desde a fase inicial de planejamento da desapropriação, desocupação e reassentamento deverá estar disponível um Mecanismo de Reclamações, a ser amplamente divulgado, de forma clara e acessível, entre

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

as pessoas interessadas e afetadas por impacto relacionados com aquisição de terras e reassentamento, no âmbito das ações de divulgação e consulta. Deve ser claramente descrito este mecanismo, que deve dar especial atenção às mulheres e às pessoas e grupos vulneráveis para garantir que tenham igual acesso aos procedimentos de reparação de queixas. O processo deve ser adequado para receber queixas sobre incidentes de exploração e abuso sexual durante o reassentamento, através de um procedimento específico baseado nos princípios de confidencialidade, centralidade no sobrevivente e segurança.

O PG-DOTSR irá descrever o processo realizado de consulta informada e participação com as partes afetadas com relação às alternativas de compensação e o nível de sua participação no processo de tomada de decisões durante o planejamento e execução do reassentamento, incluindo o envolvimento de famílias afetadas, autoridades locais e/ou nacionais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas identificadas. Tal descrição incluirá, no mínimo, uma lista das principais partes interessadas identificadas, o processo seguido (reuniões, grupos focais etc.), problemas levantados, respostas fornecidas, reclamações significativas (se houver) e o plano de engajamento contínuo. Deverá também incluir uma análise de reclamações recebidas relacionadas com aquisição de terras e reassentamento, incluindo tipologia e resolução.

A equipe responsável pela elaboração dos PG-DOTSR e PE-DOTSR deverá estar devidamente articulada com a equipe responsável pela preparação do PEPI da CONCESSÃO, para garantir uma clara definição de responsabilidades na comunicação e engajamento especificamente sobre esta temática.

## **2.8. Definição de critérios de elegibilidade e compensação**

### No PG-DOTSR:

Deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- *Rever e complementar os critérios para determinar a elegibilidade para a reassentamento dos agregados familiares afetados:*
  - Os critérios de elegibilidade devem ser vantajosos para as mulheres e outros grupos vulneráveis, incluindo os que não têm título legal de propriedade ou direitos reconhecidos.
  - Os critérios de elegibilidade serão divulgados às comunidades afetadas e a outras partes interessadas da CONCESSÃO no âmbito do processo de disseminação de informação e engajamento.
- *Rever e complementar a matriz de direitos constante do Marco de Reassentamento, que enumere todos os impactos prováveis e identifique o seguinte:*
  - Todas as categorias de pessoas afetadas.
  - Todos os tipos de perdas físicas e/ou econômicas associados a cada categoria.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- Todos os tipos de compensação, subsídios e assistência a que cada categoria tem direito.

No mínimo, as seguintes tipologias de pessoas afetadas deverão ser consideradas no âmbito da CONCESSÃO:

- proprietário de terrenos urbanos ou rurais;
- ocupante com título formal de propriedade;
- ocupante sem posse legal, mas com direitos de uso reconhecidos pela legislação (como usucapião);
- ocupante de residência com contrato de arrendamento;
- ocupante de residência sem posse legal, nem direitos de uso reconhecidos pela legislação (posseiro/ocupante);
- ocupante irregular com residência na faixa operacional em áreas urbanas ou rurais;
- ocupante irregular com atividade comercial ou de subsistência na faixa operacional em áreas urbanas ou rurais;
- proprietários de empresas;
- locatários comerciais;
- funcionários de empresas ou de atividade comercial afetada
- indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis afetados por deslocamento físico e/ou econômico;
- se relevante, incluir comunidades hospedeiras.

Nos PE-DOTSR:

Deverão ser analisados e, se necessário, complementados os critérios de elegibilidade e direitos estabelecidos no PG-DOTSR.

**2.9. Definição de metodologias para avaliação de perdas físicas e econômicas**

No PG-DOTSR:

Preparar fórmulas para avaliação das diferentes tipologias de perdas físicas e econômicas, para definição dos custos totais de substituição dos bens perdidos, incluindo terras, construções, empresas, equipamentos públicos, culturas perenes, culturas anuais, tendo em consideração legislação e normas nacionais e critérios adicionais que permitam colmatar as lacunas identificadas entre a legislação e o PD5.

Estabelecer opções para substituições culturalmente aceitáveis para serviços perdidos, sítios culturais, bens comuns ou acesso a recursos para subsistência, rendimento ou atividades culturais. Definir critérios para avaliação de perdas de lucros em resultado de deslocamento físico de negócios/comércios/prestação de serviços (formais e informais) Definir medidas para a restauração dos meios de subsistência e assegurar que as opções promovem a igualdade de gênero.



**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

Preparar opções de reassentamento e de recuperação de modos de vida. Estas opções basear-se-ão nos parâmetros sociais, econômicos e culturais existentes, tanto das pessoas deslocadas como das comunidades de acolhimento. Incluir compensações por perdas físicas a custo total de substituição, subsídios (por lucro cessante durante a transição e outros que venham a ser determinados), assistências durante a mudança e recuperação e melhoria do modo de vida. Se for caso disso, preparar planos para o reassentamento em casas de substituição, incluindo a seleção dos locais de reassentamento através de metodologias participativas, assegurando sempre a garantia de posse e proteção contra despejo e tendo em consideração entre outros, o acesso a infraestrutura, serviços sociais, transporte e formas alternativas de geração de renda e subsistência, para além de aspectos relacionados com dimensão/planta da casa e materiais de construção. Nos casos em que os rendimentos devem ser restaurados, planejar a avaliação das necessidades, a criação de emprego, a identificação de terras de substituição e outras medidas de restauração dos meios de subsistência. Se as pessoas afetadas tiverem de mudar de profissão, prever mecanismos de treinamento e de apoio profissional. Analisar o impacto ambiental provável do processo de reassentamento e prever planos para atenuar quaisquer efeitos ambientais adversos.

Nos PE-DOTSR:

Deverão ser analisados e se necessário complementados os critérios de elegibilidade e direitos estabelecidos no PG-DOTSR.

**2.10. Definição do Processo de Implementação do PDOTSR**

No PG-DOTSR:

Planejar o processo de implementação do PDOTSR tendo por base os resultados da identificação e caracterização de pessoas, comunidades e uso de recursos naturais afetados e o resultado do engajamento de partes interessadas e afetadas pela CONCESSÃO, e tabela de elegibilidade e direitos. Definir estratégias e métodos de negociação com as partes afetadas, até à assinatura dos Acordos de Compensação.

Preparar um calendário e um cronograma de preparação e implementação dos PE-DOTSR, mostrando como as pessoas afetadas serão informadas, incluindo no calendário e cronograma datas previstas para compensação, deslocamento dos agregados familiares, restauração dos meios de subsistência, acompanhamento, monitoramento e auditoria de conclusão. De notar que as PAPs apenas abandonarão a terra e bens após o AUDITOR INDEPENDENTE confirmar que receberam as compensações a que têm direito de acordo com o PE-DOTSR

O calendário deverá ser elaborado de forma participativa com as PAPs, tendo em consideração calendários relevantes para as PAPs, como por exemplo o calendário escolar ou datas festivas.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

Definir procedimentos para o pagamento das compensações e subsídios, para entrega de terra / residência de substituição e demais assistências para recuperação e melhoria das condições de vida (incluindo assistência especial para indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis).

Definir procedimentos para controle do estado de implementação de todas as compensações de cada uma das PAP, associado ao SIG.

Descrever as disposições institucionais, definindo as funções e responsabilidades das partes, incluindo o governo, os parceiros internos e os consultores. Identificar as organizações ou agências primariamente que darão suporte à implementação do reassentamento, juntamente com a capacidade destas entidades para uma implementação efetiva, por referência a ligações à autoridade, experiência anterior com o reassentamento e número e formação do pessoal.

A CONCESSIONÁRIA desenvolverá, em articulação com governos locais e parceiros técnicos, um plano de suporte de médio prazo para famílias reassentadas, incluindo:

- Apoio técnico e gerencial para atividades produtivas;
- Prioridade em programas sociais locais e estaduais (saúde, educação, transferência de renda);
- Apoio psicossocial e jurídico, principalmente para mulheres chefes de família e grupos vulneráveis;
- Revisitas domiciliares semestrais durante os dois primeiros anos para avaliação da estabilidade socioeconômica.

Nos PE-DOTSR:

Caso necessário, o processo de implementação será revisto com base em lições aprendidas na implementação de PE-DOTSR anteriores, na CONCESSÃO.

**2.11. Definição do Processo de revisão PDOTSR**

No PG-DOTSR:

Detalhar um processo que permita avaliar a necessidade de revisão/ajuste do PDOTSR em resultado de alterações da CONCESSÃO, tipologia ou magnitude de impactos, reclamações ou ineficiência nas medidas previstas e documentar essas alterações. A ser integrado em todos os PE-DOTSR.

**2.12. Definição do Processo de Acompanhamento, Monitoramento, Auditoria e Relatórios**

No PG-DOTSR:

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

Preparar um plano de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando os objetivos e descrevendo o escopo e conteúdo do acompanhamento interno e do monitoramento externo por AUDITOR INDEPENDENTE, identificando as responsabilidades, o calendário e indicadores-chave.

Uma vez concluído o processo de implementação de cada PE-DOTSR, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá realizar uma auditoria final para verificar se o PE-DOTSR foi implementado adequadamente contemplando os objetivos do PD5, em especial se todos os afetados têm acesso a todas as medidas previstas, e se o resultado foi a restauração das benfeitorias, condições de vida e meios de subsistência afetados para uma situação ao menos equivalente ou melhor do que a situação anterior à CONCESSÃO. Medidas complementares serão aplicadas caso necessário.

As pessoas afetadas serão consultadas durante o processo de monitoramento e auditoria final, devendo ser identificados os principais momentos de divulgação e engajamento, durante a implementação.

Especificar o calendário para o controle e a elaboração de relatórios, especificando o conteúdo dos relatórios e identificando quais serão divulgados externamente. Definir o calendário e o processo para a auditoria de conclusão.

O sistema de monitoramento e auditoria do reassentamento utilizará indicadores qualitativos e quantitativos para aferir o sucesso da implementação dos PG-DOTSR e PE-DOTSR. Os principais indicadores incluem:

- Porcentagem de PAPs reassentadas com acesso equivalente ou melhor à infraestrutura básica (água, energia, esgoto);
- Porcentagem de PAPs com renda restaurada ou aumentada após 6 e 12 meses do reassentamento;
- Número de queixas resolvidas por categoria (ex: moradia, compensação, abuso de poder);
- Grau de satisfação das PAPs com o processo de reassentamento (medido via pesquisa amostral);
- Participação de mulheres em consultas públicas (%).

Os dados serão comparados com a linha de base socioeconômica e atualizados semestralmente.

### **2.13. Definição do Orçamento para Implementação do PDOTSR**

#### No PG-DOTSR:

Preparar uma estimativa orçamental anual para cada categoria principal de despesas (desapropriação, reassentamento etc.), incluindo todas as despesas relacionadas com a preparação e implementação dos PE-DOTSR, abrangendo no mínimo as despesas de divulgação e engajamento, indenizações, subsídios,

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

assistências, gestão de reclamações relacionadas com os PE-DOTSR, acompanhamento, monitoramento e auditoria, entre outros.

### **3. ESTRUTURA DO PG-DOTSR e PE-DOTSR**

#### Estrutura dos PG-DOTSR

1. *Sumário Executivo* - Fornece aos leitores uma compreensão das principais questões associadas ao PG-DOTSR: tipos de impactos, perfil da população afetada, identificação da magnitude de deslocamento físico e/ou económico e descrição das medidas para mitigar os impactos resultantes do deslocamento físico e/ou económico, visão geral do envolvimento das partes interessadas e do processo de reclamação, funções e responsabilidades, cronograma e estimativa orçamental da implementação do PG-DOTSR.
2. *Glossário* - Fornece uma descrição dos principais termos usados no PG-DOTSR.
3. *Introdução* – Inclui a identificação e descrição da CONCESSÃO (incluindo a pegada, cronograma de construção, intervenientes), sumário dos impactos do deslocamento físico e económico e identificação do escopo do PG-DOTSR.
4. *Impactos da CONCESSÃO* – Descreve todos os impactos relacionados com a aquisição de terras, reassentamento, deslocamentos físicos e económicos, restrições de acesso a recursos naturais, outros tipos de deslocações económicas e descreve todas as alternativas e esforços realizados para evitar ou minimizar os impactos adversos.
5. *Objetivos e processos* – Identifica os objetivos da implementação do PG-DOTSR e uma visão geral de como será implementado.
6. *Estrutura regulatória* – Inclui sumário das disposições legais relevantes e descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis. Detalha as lacunas relativas aos requisitos do PD5 e o mecanismo e medidas para colmatar as lacunas.
7. *Estrutura institucional* – Descreve as estruturas relevantes de órgãos governamentais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação do PG-DOTSR, avalia a sua capacidade e propõe medidas para fortalecer a capacidade institucional.
8. *Perfil Socioeconômico das pessoas afetadas* - Fornece uma visão geral das constatações dos estudos socioeconômicos realizados nos estágios iniciais da preparação do PG-DOTSR, incluindo sobre grupos vulneráveis, informações sobre meios de subsistência e padrões de vida, sistemas de posse e transferência de terras, uso de recursos naturais, padrões de interação social, serviços sociais e infraestrutura pública.
9. *Metodologias de Avaliação e Compensação* – Descreve as metodologias para avaliação de bens para determinação do custo total de substituição e descrição dos tipos e níveis propostos de compensação de perdas físicas e económicas.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

10. *Elegibilidade e Direitos* – Define os critérios para determinar a elegibilidade a compensações, subsídios e outras assistências (incluindo a data de corte), descreve todas as categorias de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) e identifica os direitos de cada uma das categorias às compensações, subsídios e outras assistências oferecidas, incluindo especificidades de gênero, grupos/indivíduos vulneráveis
11. *Métodos de avaliação de terras e bens afetados* - Descreve as metodologias que serão utilizadas para avaliação da terra em diferentes áreas afetadas e de avaliação de diferentes tipologias de benfeitorias, árvores e culturas, entre outros bens afetados.
12. *Seleção de Local para Reassentamento* (se aplicável) – Definir processo e critérios para seleção de área hospedeira.
13. *Planejamento de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento* - Descreve diretrizes para o processo de implementação dos PE- DOTSR, incluindo o censo socioeconômico, processo de negociação, preparação das áreas hospedeiras e casas de substituição (se aplicável), assistência no realojamento e mudança, entrega de compensações.
14. *Planejamento da Restauração e Melhoria de Condições de Vida* – Descreve as estratégias e medidas a utilizar para recuperação e melhoria das condições de vida, tendo em consideração a tabela de elegibilidade e direitos.
15. *Engajamento de Partes Interessadas* – Define as partes interessadas relevantes (incluindo grupos vulneráveis) e estabelece estratégias, metodologias e planejamento de consulta e engajamento relacionado com desapropriação, ocupação temporária, servidão e reassentamento.
16. *Mecanismo de Reclamações* – Define canais de entrada de reclamações e processo de registo, encaminhamento, resolução e resposta, articulado com o Mecanismo de Reclamações da Concessionária.
17. *Revisão e atualização do PG-DOTSR* – Descreve o processo de revisão e respetiva aprovação.
18. *Acompanhamento, monitoramento e auditoria* – Descreve o processo de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando calendário, responsabilidades e indicadores-chave.
19. *Cronograma* - Define o cronograma de preparação e implementação de cada PE- DOTSR específico.
20. *Orçamento* – Descreve estimativa orçamental de todos os custos relacionados com a preparação e implementação dos PE-DOTSR, incluindo custos de compensação, subsídios, assistências às PAPs, remunerações e outros custos (transporte, acomodação etc.) das equipas responsáveis pela preparação e implementação, contingências.
21. *Matriz de elegibilidade para PAPs de reassentamentos passados* - Estabelece uma matriz de elegibilidade e direitos a benefícios para PAPs de aquisições de terra e reassentamentos passados, que tenham apresentado através do Mecanismo de Queixas e Reclamações, (MQR) uma reclamação sobre impactos residuais resultantes de aquisição de terra/reassentamento passado associado ao TIC EIXO OESTE, que tenham resultado em atual deterioração das condições de vida

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

ou redução dos seus meios de subsistência. A elegibilidade deve ter em consideração a compensação atribuída pela aquisição de terra e/ou reassentamento e a forma como foi utilizada pelo PAP (caso o impacto residual resulte de má utilização da compensação atribuída de acordo com a legislação, o PAP não terá direito a medidas de mitigação do impacto residual). Deverá ser também avaliado o atual nível de vulnerabilidade do PAP, devendo dar-se prioridade a benefícios para PAPs de grupos vulneráveis e desfavorecidos. Deverão ser identificadas tipologias de benefícios que poderão ser proporcionados àqueles que foram considerados elegíveis para assistência, que na medida do possível devem estar associados aos programas de assistência de condições de vida e recuperação de meios de subsistência a serem disponibilizados aos PAPs dos investimentos abrangidos pela CONCESSIONÁRIA.

Estrutura dos PE-DOTSR:

22. *Sumário Executivo* - Fornece aos leitores uma compreensão das principais questões associadas ao PE-DOTSR: tipos de impactos, número de pessoas afetadas em cada categoria e descrição das medidas para mitigar os impactos, cronograma, funções e responsabilidades e uma visão geral do envolvimento das partes interessadas e do processo de reclamação.
23. *Glossário* - Fornece uma descrição dos principais termos usados no PE-DOTSR
24. *Introdução* – Inclui a identificação e descrição das componentes (trechos/polígonos) do(s) EMPREENDIMENTO(S) abrangidos pelo PE-DOTSR (incluindo a pegada, cronograma de construção, intervenientes), sumário dos impactos do deslocamento físico e econômico e identificação do escopo do PDOTSR.
25. *Impactos das Componentes dos Empreendimentos abrangidos pelo PE-DOTSR* – Descreve todos os impactos relacionados com a aquisição de terras, reassentamento, deslocamentos físicos e econômicos, restrições de acesso a recursos naturais, outros tipos de deslocamentos econômicos e descreve todas as alternativas e esforços realizados para evitar ou minimizar os impactos adversos.
26. *Objetivos e processos* – Identifica os objetivos da implementação do PE-DOTSR e uma visão geral de como será implementado.
27. *Estrutura regulatória* – Inclui sumário das disposições legais relevantes e descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis. Detalha as lacunas relativas aos requisitos do PD5 e o mecanismo e medidas para colmatar as lacunas.
28. *Estrutura institucional* – Descreve as estruturas relevantes de órgãos governamentais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação do PE-DOTSR, avalia a sua capacidade e propõe medidas para fortalecer a capacidade institucional.
29. *Estudos de base* - Fornece uma visão geral das constatações dos estudos socioeconômicos realizados no PG-DOTSR e no PE-DOTSR, incluindo resultados de pesquisas domiciliares e de

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

censo, informações sobre grupos vulneráveis, informações sobre meios de subsistência e padrões de vida, sistemas de posse e transferência de terras, uso de recursos naturais, padrões de interação social, serviços sociais e infraestrutura pública.

30. *Metodologias de Avaliação e Compensação* – Descreve as metodologias para avaliação de bens para determinação do custo total de substituição e descrição dos tipos e níveis propostos de compensação de perdas físicas e económicas
31. *Elegibilidade e Direitos* – Define os critérios para determinar a elegibilidade a compensações, subsídios e outras assistências (incluindo a data de corte), descreve todas as categorias de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) e identifica os direitos de cada uma das categorias às compensações, subsídios e outras assistências oferecidas.
32. *Seleção de Local para Reassentamento (se aplicável)* – Definir processo e critérios para seleção de área hospedeira.
33. *Planejamento de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento* - Descreve o processo de implementação do PE-DOTSR, incluindo o censo socioeconômico, processo de negociação, preparação das áreas hospedeiras e casas de substituição (se aplicável), assistência no realojamento e mudança, entrega de compensações.
34. *Planejamento da Restauração e Melhoria de Condições de Vida* – Descreve as estratégias e medidas a utilizar para recuperação e melhoria das condições de vida, tendo em consideração a tabela de elegibilidade e direitos do PE-DOTSR específico.
35. *Engajamento de Partes Interessadas* – Define as partes interessadas relevantes (incluindo grupos vulneráveis) e estabelece estratégias, metodologias e planejamento de consulta e engajamento relacionado com desapropriação, ocupação temporária, servidão e reassentamento.
36. *Mecanismo de Reclamações* – Define canais de entrada de reclamações e processo de registro, encaminhamento, resolução e resposta.
37. *Revisão e atualização do PE-DOTSR*– Descreve o processo de revisão e respetiva aprovação.
38. *Acompanhamento, monitoramento e auditoria* – Descreve o processo de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando calendário, responsabilidades e indicadores-chave.
39. *Cronograma* - Define o cronograma de implementação das diversas atividades do PE-DOTSR específico.
40. *Orçamento* – Descreve o orçamento detalhado de todos os custos relacionados com a implementação do PE-DOTSR, incluindo custos de compensação, subsídios, assistências às PAPs, remunerações e outros custos (transporte, acomodação etc.) das equipas responsáveis pela preparação e implementação, contingências.
41. *Matriz de elegibilidade para PAPs de reassentamentos passados* – Procedimento de assistência a pessoas afetadas por impactos residuais e/ou vulnerabilidades resultantes de reassentamento passado ou em curso, associado ao TIC EIXO OESTE que tenham apresentado reclamação através do MQR. Deve incluir critérios de elegibilidade e possíveis formas de assistência para mitigação

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

de impactos residuais e/ou vulnerabilidades e prever análise caso a caso da elegibilidade e direitos para PAPs de aquisição de terra / reassentamentos passados relacionados com TIC EIXO OESTE.

A versão preliminar dos PG-DOTSR e PE-DOTSR será avaliada pelo Auditor Independente e posteriormente divulgada e discutida com as partes interessadas e afetadas, conforme previsto no PEPI.

A versão final dos PG-DOTSR e PE-DOTSR deverá considerar as revisões e os resultados das consultas realizadas com as partes interessadas e afetadas.

#### **4. QUALIFICAÇÕES**

Os integrantes da equipe responsável pela elaboração do PDOTSR devem possuir experiência de preparação e/ou implementação de PDOTSR, no Brasil (de preferência no Estado de São Paulo), em conformidade com as diretrizes do PD5, preferencialmente em infraestruturas lineares.

Ainda, os integrantes da equipe de elaboração do PDOTSR, sejam eles da CONCESSIONÁRIA ou equipe terceirizada, deverá contar com um Gestor de Projeto sênior com graduação e/ou mestrado em ciências sociais, familiaridade com os PADRÕES DE DESEMPENHO, particularmente o PD5, e com os regulamentos e procedimentos nacionais relacionados com a aquisição de terrenos e reassentamento, com o mínimo de 15 anos de experiência e 5 anos de experiência no planejamento e execução da aquisição de terras e da reassentamento.

A equipe responsável incluirá entre outros, os seguintes peritos sêniores:

- *Sociólogo ou antropólogo* com experiência comprovada em metodologias quantitativas e qualitativas de levantamento de informação primária em comunidades e experiência de trabalho com grupos desfavorecidos ou vulneráveis.
- *Jurista* com experiência comprovada em questões relacionadas com a posse de terra e direitos humanos.
- *Economista* com experiência em avaliação de bens e avaliação contabilística de empresas e negócios informais.
- *Arquiteto / Urbanista*, caso seja elaborado projeto próprio para reassentamento coletivo.
- *Especialista em comunicação* com experiência em técnicas de comunicação e engajamento com comunidades, incluindo com grupos e indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis e aplicação de metodologias participativas e de facilitação de negociação.
- Especialista de SIG.





**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

O cadastro, levantamentos e inventário de bens afetados deverão ser realizados por profissionais com experiência anterior comprovado em trabalhos similares.